

BOLETIM 731

Brasília, 11 de fevereiro de 2019

Previdência: beneficiários do BPC podem receber menos de um mínimo

A proposta preliminar a respeito da "reforma" da Previdência do governo Bolsonaro, vazada à imprensa no início desta semana, tem entre seus pontos a desvinculação do benefício de prestação continuada (BPC) em relação ao salário mínimo. Pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, o rebaixamento do benefício poderá prejudicar as condições de vida dessa parcela da população, como alertam especialistas.

Fundamental para manter a política de redistribuição de renda aos mais pobres e garantir provimento aos segurados que comprovem não terem renda, os beneficiários conseguem receber, hoje, um salário mínimo (R\$ 998), mas, com o avanço da proposta, esse valor já não será o mesmo.

A preocupação é em torno de qual será a base usada pelo governo para fazer os reajustes. Cria-se a perspectiva a extinção do benefício, explicam os especialistas.

Para os idosos, especialistas alertam haver uma "armadilha", já que o governo propõe o acesso ao benefício a partir dos 55 anos, mas pago de forma progressiva, no valor de R\$ 500, sendo o teto, alcançado apenas para idosos com 70 anos ou mais, no valor de R\$ 900, abaixo do valor do salário mínimo pago hoje a quem tem mais de 65 anos. O BPC seria concedido somente a idosos que tenham contribuído na Previdência por mais de 10 anos.

Fonte: Rede Brasil Atual



Paim: capitalização da Previdência Social pode gerar rombo para beneficiários do sistema

Segundo o senador Paulo Paim (PT-RS) (foto) trata-se de privatização da Previdência, em que cada um contribui da forma que pode, e coloca em risco até mesmo os beneficiários do atual sistema. Outros países que adotaram essas regras já começam a rever sua eficácia.

— O sistema da capitalização já foi adotado no Chile, na Colômbia, no México e no Peru. Esses países fizeram a experiência e já estão voltando atrás, todos eles estão voltando atrás para um novo regime porque não deu certo essa tal de poupança, que o nome bonito é capitalização, mas, na verdade, é uma poupança individual — explicou.

Fonte: Agência Senado



OIT pede revisão de itens da 'reforma' trabalhista

Colegiado de peritos pede que governo busque representantes dos trabalhadores e empregadores para definir com mais precisão situações em que o negociado possa prevalecer sobre o legislado

Comitê de peritos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) voltou a pedir ao governo brasileiro que reveja dois artigos da Lei 13.467, de "reforma" trabalhista (611-A e 611-b), que tratam de acordos coletivos. A solicitação consta de relatório divulgado nesta sexta-feira (8) em Genebra, sede da entidade.

"Assinalando a importância de obter, na medida do possível, um acordo tripartite sobre as regras básicas de negociação coletiva, a Comissão pede ao governo que adote, em consulta com os interlocutores sociais representativos, as medidas necessárias" para revisar os artigos citados, "a fim de demarcar de maneira mais precisa as situações em que as cláusulas sobre exceções à legislação poderiam ser negociadas, assim como o alcance destas últimas", diz o texto do colegiado.

Os peritos citam a Convenção 98 da OIT, que trata de negociação coletiva e liberdade de sindicalização, ratificada pelo Brasil. "A Comissão lembrou que as disposições legislativas que permitem que os contratos individuais de trabalho contenham cláusulas contrárias àquelas contidas nos contratos coletivos não são compatíveis com a obrigação de promoção da negociação coletiva (...). A esse respeito, a Comissão pediu ao governo que examinasse, em consulta aos interlocutores sociais, a revisão desta disposição a fim de deixá-la em conformidade com essa Convenção."

O colegiado avalia que a "amplitude das exceções permitidas" pelo artigo 611-A "pode afetar a finalidade e a capacidade de atração do mecanismo de negociação coletiva ou, ao menos, modificar significativamente a percepção deste último por atores interessados, e desta forma comprometer sua promoção e seu exercício". Por isso, a Comissão se mostra preocupado com a informação de organizações sindicais quanto a "uma redução significativa da liberdade sindical, negociação coletiva e das relações de trabalho".

No ano passado, o Brasil já foi incluído em uma lista, elaborada pela Comissão de Aplicação de Normas da OIT, de países que deveriam prestar esclarecimentos. Era a chamada short list, a lista reduzida, com recomendação de revisar artigos da lei da "reforma". Inicialmente, o país figurava na long list, a lista ampliada, feita justamente pela Comissão de Peritos. Esse processo pode se repetir: o relatório será submetido a representantes de trabalhadores e empregadores, que definirá a long list, com 40 casos, e a menor, com 24.

As centrais brasileiras chegaram a defender em 2018 a revogação da lei da "reforma", avaliando que a visão da OIT confirma denúncias das entidades relacionadas a "práticas antissindicais" do governo.

No relatório, há referência a outra queixa das centrais, de que o projeto foi aprovado na Câmara e no Senado sem a devida negociação. O comitê de peritos afirma que "não dispõe de elementos que indiquem que a discussão parlamentar foi precedida de um processo estruturado de diálogo social tripartite destinado a construir acordos sobre o conteúdo da reforma". E propôs ao governo brasileiro que encaminhe "um diálogo amplo" com representantes de empregadores e trabalhadores para tentar garantir que a legislação sobre negociação coletiva "seja fruto de consenso dos interlocutores sociais".

Fonte: Rede Brasil Atual

Guedes defende de novo as privatizações e reforma da Previdência

O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a defender o processo de privatização de estatais vinculadas ao governo federal. Em palestra na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sobre a desestatização do setor elétrico, Guedes disse as estatais não serão usadas para manter “uma forma equivocada de fazer política”.

“Nós temos que pensar também que a velha política morreu. Nós não sabemos ainda qual é a nova, mas essa morreu. As estatais não vão mais alimentar uma forma equivocada de fazer política, esse excesso de gasto do governo que corrompeu a democracia e travou o crescimento da economia,” argumentou.

Ao participar do seminário Desestatizações no Setor Elétrico: Distribuidoras Federalizadas, o Papel do BNDES e Parceiros Institucionais, Guedes disse que o processo de privatização das distribuidoras da Eletrobrás, levado a cabo no fim do ano passado, é um excelente exemplo que deve servir de referência para os próximos programas de privatizações.

Reforma da Previdência - O ministro da Economia também defendeu a reforma da Previdência, a principal pauta econômica do governo. “Se formos analisar as contas hoje, o principal gasto é com a Previdência. Quebraram nossa Previdência num sistema de repartição condenado porque, antes do Brasil envelhecer, o sistema já deu sinais de colapso. Então, tem que fazer uma reforma.”



Segundo Guedes, o Estado está gastando muito com o sistema previdenciário, “que vai quebrar, que é uma fábrica de desigualdade, promove privilégios, transfere renda de pobre para quem tem mais recursos. O ministro criticou os gastos do país com a dívida pública, que, para ele, possibilitaria a reconstrução de uma Europa por ano.

“É a segunda grande despesa pública: o Brasil reconstrói uma Europa por ano só pagando juros sobre a dívida interna. Não é razoável, tem que fazer uma operação de salvamento”, afirmou.

Como terceiro grande gasto do governo federal, Guedes citou a própria máquina pública do governo. “Dentro dessa máquina, uma série de empresas estatais que não têm mais capacidade de investimento. Não têm mais recursos para investir, estão quebradas financeiramente, perdendo dinheiro, gerando dívida, às vezes ninhos de corrupção, empreguismo. Não investe e não deixa ninguém investir”, afirmou.

Para o ministro, esse modelo se esgotou. “Vamos ter que passar o filme ao contrário. Vamos ter que segurar gastos por alguns anos, e eu gostaria que fossem algumas décadas. Você não precisa cortar [custos], é só não deixar crescer. Não precisa ser traumático, é só exercer o controle.”

Fonte: Agência Brasil



Bolsonaro faz cruzada contra a "agenda da esquerda" da Igreja Católica

O Planalto se prepara para uma nova cruzada – e o alvo não é nem a Previdência, nem a criminalidade. Desta vez, o governo quer conter o suposto avanço da Igreja Católica na liderança da oposição a Jair Bolsonaro, no vácuo da derrota dos partidos de esquerda. Na avaliação da equipe do presidente – com ares de “teoria da conspiração” –, a Igreja é uma tradicional aliada do PT e está se articulando para influenciar debates antes protagonizados pelo partido no interior do País e nas periferias.

O alerta ao governo veio de informes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e dos comandos militares. Os informes relatam recentes encontros de cardeais brasileiros com o papa Francisco, no Vaticano, para discutir a realização do Sínodo sobre Amazônia, que reunirá em Roma, em outubro, bispos de todos os continentes. Durante 23 dias, o Vaticano vai discutir a situação da Amazônia e tratar de temas considerados pelo governo brasileiro como uma “agenda da esquerda”.

O debate abordará a situação de povos indígenas, mudanças climáticas provocadas por desmatamento e quilombolas. “Estamos preocupados e queremos neutralizar isso aí”, disse o ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, que comanda a contraofensiva.

Com base em documentos que circularam no Planalto, militares do GSI avaliaram que os setores da Igreja pretenderiam aproveitar o Sínodo para criticar o governo Bolsonaro e obter impacto internacional. Tais setores seriam aliados a movimentos sociais e partidos de esquerda,

integrantes do chamado “clero progressista”. Segundo Heleno, “isso é interferência em assunto interno do Brasil”.

Escritórios da Abin em Manaus, Belém, Marabá, no sudoeste paraense (epicentro de conflitos agrários), e Boa Vista (que monitoram a presença de estrangeiros nas terras indígenas ianomâmi e Raposa Serra do Sol) estão sendo mobilizados para acompanhar reuniões preparatórias para o Sínodo em paróquias e dioceses. O GSI também obteve informações do Comando Militar da Amazônia, com sede em Manaus, e do Comando Militar do Norte, em Belém.

Com base nos relatórios de inteligência, o governo vai procurar governadores, prefeitos e até autoridades eclesásticas que mantêm boas relações com os quartéis, especialmente nas regiões de fronteira, para reforçar sua tentativa de neutralizar o Sínodo. O GSI planeja envolver até o Itamaraty (para monitorar discussões no exterior) e o Ministério do Meio Ambiente (para detectar a eventual participação de ONGs e ambientalistas).

Com pedido de reserva, outro militar da equipe de Bolsonaro afirmou que o Sínodo é contra “toda” a política do governo para a Amazônia – que prega a defesa da “soberania” da região. “O encontro vai servir para recrudescer o discurso ideológico da esquerda”, avaliou ele.

Conexão - Assim que os primeiros comunicados da Abin chegaram ao Planalto, os generais logo fizeram uma conexão com as críticas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) a Bolsonaro durante a campanha eleitoral. Órgãos ligados à CNBB – como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) – não economizaram ataques, que continuaram após a eleição e a posse de Bolsonaro na Presidência.

A Pastoral Carcerária, por exemplo, distribuiu nota na semana passada em que critica o



pacote anticrime do ministro da Justiça, Sérgio Moro. Na campanha, a Pastoral da Terra divulgou relato do bispo André de Witte, da Bahia, que apontou Bolsonaro como um “perigo real”. As redes de apoio a Bolsonaro contra-atacaram espalhando na internet a bravata de que o papa Francisco era “comunista”.

Como resultado, Bolsonaro desistiu de vez da CNBB e investiu incessantemente no apoio dos evangélicos. A princípio, ele queria que o ex-senador e cantor gospel Magno Malta (PR-ES) fosse seu candidato a vice. Eleito, nomeou a pastora Damares Alves, assessora de Malta, para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Histórico - A relação tensa entre militares e Igreja Católica começou ainda em 1964 e se manteve mesmo nos governos de “distensão” dos generais Ernesto Geisel e João Figueiredo, último presidente do ciclo da ditadura. A CNBB manteve relações amistosas com governos democráticos, mas foi classificada pela gestão Fernando Henrique Cardoso como um braço do PT. A entidade criticou a política agrária do governo FHC e a decisão dos tucanos de acabar com o ensino religioso nas escolas públicas.

O governo do ex-presidente Lula – que era próximo de d. Cláudio Hummes, ex-cardeal de São Paulo – foi surpreendido, em 2005, pela greve de fome do bispo de Barra (BA), dom Luiz Cappio. O religioso se opôs à transposição do Rio São Francisco. Já com a chegada de Dilma Rousseff, a relação entre a CNBB e o PT sofreu abalos. A entidade fez uma série de eventos para criticar a presidente, especialmente por questões como aborto e reforma agrária. A CNBB, porém, se opôs ao golpe do impeachment, alegando que “enfraqueceria” as instituições.

“Entrar a fundo” - O ministro Heleno afirmou que já existe uma “preocupação” do Planalto com as reuniões e os encontros

O ESTADO DE S. PAULO

Planalto age para combater a atuação de ‘clero de esquerda’

preparatórios do Sínodo sobre a Amazônia, que ocorrem nos Estados. “Há muito tempo existe influência da Igreja e ONGs na floresta”, disse.

Mais próximo conselheiro de Bolsonaro, Heleno criticou a atuação da Igreja, mas relativizou sua capacidade de causar problemas para o governo. “Não vai trazer problema. O trabalho do governo de neutralizar impactos do encontro vai apenas fortalecer a soberania brasileira e impedir que interesses estranhos acabem prevalecendo na Amazônia”, afirmou.

Tanto o ministro Augusto Heleno quanto o ex-comandante do Exército Eduardo Villas Bôas, hoje na assessoria do GSI e no comando do monitoramento do Sínodo, foram comandantes militares em Manaus. O vice-presidente Hamilton Mourão também atuou na região.

Fonte: O Vermelho, com informações do Estadão

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS